

GERAL ▼ PARQUE

União pelo Tabuleiro

Viviane Bevilacqua

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

A primeira reunião de trabalho do Conselho Inter-municipal para Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi realizada na tarde de ontem na Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz. Idealizada durante Seminário realizado em Florianópolis no mês de abril, essa entidade, coordenada provisoriamente por José Saito, presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural de Santo Amaro, tem por finalidade discutir os principais problemas existentes no Parque e, ao mesmo tempo, apontar soluções viáveis de serem executadas numa parceria entre o governo do Estado, prefeituras e iniciativa privada.

Criado em novembro de 1975, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro ocupa 87.405 hectares, o que corresponde a quase 1% da área total do Estado, abrangendo os municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Florianópolis, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Quase 22 anos após sua criação, entretanto, a efetiva implantação ainda não saiu do papel. "Para que isso aconteça é necessário, primeiro, solucionar vários problemas, entre eles o fundiário, que é o mais complicado de todos", explica Maurélio Correa da Silva, secretário-executivo do Projeto Microbacias da Secretaria Estadual da Agricultura.

O representante do governo do Estado informa que a Secretaria da Agricultura, com o auxílio da Fatma e das prefeituras envolvidas, já está realizando um levantamento do número de pessoas que residem no parque, assim como do total de áreas produtivas e devolutas e também da documentação desses proprietários. "Para que possa-

mos tomar uma decisão sobre o que fazer com essas centenas de pessoas que residem em terras do Parque do Tabuleiro, precisamos primeiro saber qual é essa população, assim como sua ocupação (agricultura, setor madeireiro, pesca, etc) e, principalmente, quantos desses moradores possuem o efetivo registro de propriedade da terra que ocupam", explica Saito. O presidente do Conselho diz que algumas áreas já estão nas mãos do sexto ou sétimo proprietário. "Muitos ocuparam as terras há mais de um século, e não adianta querermos apenas retirá-los do Parque. É preciso, primeiro, fazer um zoneamento dessas ocupações e depois sentarmos todos juntos para discutir o que fazer", complementa. Para ele, o ideal seria a indenização de todos esses moradores, o que considera inviável devido ao alto custo.

GUARANI - Dentro do Parque, no município de Palhoça, está localizada a reserva indígena Morro dos Cavalos, onde residem atualmente 77 índios guarani. O cacique da aldeia, Augusto Silva, participou da reunião do Conselho e pediu uma atenção especial à sua gente. "Nós queremos uma área maior para plantar os produtos que precisamos para alimentar nossas famílias", diz ele. Sem saber precisar o tamanho da atual reserva, Augusto diz que é muito pequena para o cultivo de subsistência do milho, da batata-doce e do feijão. Além disso, o cacique reclama que a terra "é muito ruim e cheia de subidas e descidas que dificultam a plantação". Os índios guarani, que estavam acompanhados pela professora Maria Dorothea Darella, coordenadora do Setor de Etnologia Indígena do Museu de Antropologia da UFSC, reivindicam a regularização de outras áreas dentro do parque, com nascentes e matas para a formação de suas aldeias.



DANIEL CONZI/Abr 97

SUBSISTÊNCIA: Índios querem área maior para plantar

SERRA DO TABULEIRO

Principais ações para a efetiva implantação do Parque

1 - Ações estratégicas

- Destinar um percentual sobre os recursos cobrados pelas concessionárias de água para implantação e gestão do Parque
- Aprovar e regulamentar imediatamente as legislações estaduais: Florestal, ICMS, Ecológica e de Recursos Hídricos

2 - Ações de educação ambiental

- Formar e oficializar a Comissão de Educação Ambiental do Parque
- Fazer um resgate histórico do Parque
- Criar um Programa de Gestão Participativa

3 - Ações de Fiscalização

- Aumentar o efetivo de fiscais
- Concluir o levantamento fundiário do Parque
- Aprimorar o aparelhamento do corpo fiscal

4 - Ações de agroecologia

- Fortalecer a assistência técnica e a agroecologia

5 - Ações de zoneamento e legislação ambiental

- Definir verbas orçamentárias para indenizações
- Desanexar e/ou anexar áreas
- Fazer um levantamento físico, químico, biológico e sócio-econômico para definição do zoneamento e planos de manejo do Parque

6 - Ações de recursos hídricos

- Inventariar os recursos hídricos

7 - Ações vinculadas às comunidades indígenas

- Identificar e regularizar algumas áreas com nascentes e matas, objetivando a formação de aldeias guarani
- Continuar pesquisa arqueológica na área do Parque

8 - Ações de pesquisa científica

- Identificar linhas de pesquisa prioritárias
- Criar fundos para manutenção de pesquisa

9 - Ações de ecoturismo

- Realizar estudos sobre as potencialidades do Parque
- Viabilizar projetos experimentais para cada município (artesanato, preservação da cultura local, industrialização caseira de alimentos, etc).

Fonte: Documento síntese do Seminário Para Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro